

Educação e recreação nos mosteiros femininos no contexto da Contra-Reforma católica: as narrativas de ficção em prosa de S^oror M^a do Céu e de S^oror Madalena da Glória

Micaela Ramon

Instituto de Letras e Ciências Humanas – Universidade do Minho

1. Reforma, Contra-Reforma e movimento editorial pós-tridentino

A história das relações entre a religião, os seus ministros, os livros e a literatura é longa e multimodal e, como tal, tem originado, no decurso dos séculos, as mais variadas reflexões as quais estão na origem de muitos dos maiores e mais importantes estudos sobre a história da cultura *lacto sensu* considerada. É nosso propósito, neste breve texto, centrarmos a nossa atenção sobre um período particularmente interessante desse percurso multissecular que desde sempre tem aproximado a Igreja do livro e da literatura – referimo-nos ao conturbado período da Contra-Reforma enquanto viva reacção do mundo católico à Reforma Protestante. Neste período específico da história, a Europa assistiu a um movimento editorial sem precedentes até então que a “inundou” de publicações de carácter místico, ascético e catequético.

O interesse suscitado por este tipo específico de publicações não pode, com efeito, dissociar-se das repercussões que o movimento da Contra-Reforma e os ecos do Concílio de Trento tiveram a nível da produção artística no mundo católico e, de modo particular, em Portugal. Na realidade, a acção reformista levada a cabo pela Igreja Católica como resposta às críticas dos reformadores dissidentes fomentou - como não podia deixar de ser numa época que pela primeira vez dispunha de um poderoso meio de comunicação em grande escala como era a imprensa - toda uma produção editorial de tipo propagandístico que visava precisamente a difusão e a aceitação generalizadas das normas e dos princípios que serviam de esteio à renovação da religião, da espiritualidade e das próprias condutas dos indivíduos, fossem consagrados ou leigos.

É comum aceitar-se que a Contra-Reforma teve como origem uma reacção católica à Reforma Protestante que levou o monge alemão Martinho Lutero a iniciar, em 1517, a sua separação da igreja católica romana; admite-se também comumente que o movimento contra-reformista atingiu o seu auge com o fim do Concílio de Trento, em 1563. O período de implementação das decisões tomadas nessa célebre reunião sinodal foi, porém,

longo, estendendo-se ao século seguinte e ecoando ainda no século XVIII, quer naqueles territórios em que era necessário implementar uma «política de recatolização»¹, quer naqueles outros, como as colónias ultramarinas portuguesas, que exigiam uma evangelização de raiz.

Para a divulgação em Portugal dos preceitos emanados do Concílio muito contribuiriam o Cardeal-Infante D. Henrique, por um lado, e Frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga, por outro. Ambos ordenaram traduções e edições dos Decretos tridentinos, concorrendo dessa forma para a sua divulgação e boa aceitação genérica (FERNANDES in MARQUES e GOUVEIA, 2000). Tais decretos foram apenas um dos pilares sobre os quais assentaram as reformas inspiradas pelas determinações tridentinas e pelas directrizes contra-reformistas. Os desafios lançados pelas intenções de reforma da igreja católica apostavam fortemente numa preparação adequada dos sacerdotes e demais membros do clero regular e secular, no sentido de que estes pudessem exercer uma influência mais autorizada e convincente junto dos fiéis, afectando assim positivamente o seu comportamento religioso, moral e social. Deste modo, foram-se multiplicando os modos e os meios pelos quais se pretendia realizar a mudança, que não podia ser obtida apenas através de medidas de ordem legislativa e institucional; ela dependia igualmente de um programa de formação que definisse modelos, que fornecesse guias, que tornasse acessível e que divulgasse a doutrina cristã, que contribuísse para a aquisição de hábitos de reflexão e de actuação de acordo com os preceitos da Igreja.

Neste contexto, assume um especial relevo o importante papel conferido à arte, em geral, e à produção literária, em particular, pois «a concepção tridentina da religião e o seu método de ganhar almas para Deus mediante um chamamento da atenção e da imaginação populares» (MARQUES, 1998:147), não deixaram de ver nelas veículo privilegiado para a consecução de objectivos de natureza sócio-ética. É, portanto, neste quadro que deve ser entendido o lugar de destaque que foi sendo preenchido por uma literatura de tipo espiritual,

¹ Tomámos a expressão de Marie-Élisabeth Ducreux que, num artigo intitulado «Morrer de ler. Livros e leituras na Boémia do século XVIII», reflecte sobre o processo de conversão da Boémia, após a perda de independência dos Checos, em 1627, no culminar de um processo iniciado no século XVI. Neste enquadramento, a autora discorre também sobre a importância do livro impresso para a divulgação da doutrina católica, afirmando que «no século XVIII desenvolve-se uma verdadeira política da edição católica em língua vernácula, impulsionada em primeiro lugar pela acção dos missionários». Para melhor ilustrar a importância atribuída aos livros e à leitura na tarefa de divulgação da doutrina contra-reformista, tenham-se em conta as seguintes palavras retiradas do prefácio de uma postila de Antonín Koniáš, missionário checo: «Nos domingos e dias de festa não basta ouvir na igreja a Palavra de Deus proclamada em público. É preciso que, à hora do repouso, cada um leia ou escute a leitura de livros salutares, subscritos pela autoridade espiritual [o padre] [...]. Deus dá-nos domingos e dias de festa [...] para que a leitura ou a audição dos seus discursos divinos semeiem no nosso coração a semente da sua Palavra que, em seu tempo, nos trará o benefício da salvação eterna» (DUCREUX in CHARTIER, 1998: 265-266).

moralizante e catequético que, conjuntamente com a sermonária², pretendia actuar a nível da morigeração dos comportamentos, colocando o homem perante a problemática da sua salvação.

De facto, no período pós-Trento foi-se arreigando a ideia da necessidade de alterar com maior eficácia prática o cenário de ignorância ou de conhecimento deficitário da doutrina cristã e dos preceitos católicos, inclusive no campo moral e social, que afectava membros de todos os estratos sociais. Por conseguinte, concomitantemente à enérgica preocupação com a formação adequada do clero e com as suas repercussões benéficas na actividade pastoral, cresceu o número dos que defendiam a premência de generalizar o ensino da doutrina e da moral, tornando-o mais activo. O que estava em causa, em última análise, era uma cristianização mais profunda e uma maior disciplina comportamental de todos os fiéis, e não apenas dos consagrados. Foi com esse propósito que se assistiu à multiplicação de um vasto leque de obras visando o ensino da doutrina cristã, que eram usadas de acordo com as diferentes necessidades contextuais.

Para orientar a vida religiosa e a espiritualidade individual, especialmente no que se refere à oração e à meditação, não faltavam publicações entre as quais avultam os exercícios espirituais³, os catecismos⁴ e as vidas de santos. Estes tipos de livros, no entanto, se por um lado exigiam a mediação de um director espiritual que conduzisse a leitura que deles era feita, evitando interpretações demasiado livres ou até mesmo erróneas, por outro eram obras de natureza predominantemente piedosa com intuítos catequizantes, mas sem ter em conta o factor recreativo. Por isso, a par do crescendo de tratados espirituais e de biografias e hagiografias individuais que divulgavam e promoviam exemplos de santidade e de comportamentos moral e socialmente virtuosos, foram aparecendo também obras

² A importância atribuída aos sermões não só na tarefa de educar e regular os comportamentos social e religiosamente aceitáveis, como também enquanto instrumentos privilegiados de difusão de ideias, fica bem expressa nas palavras de Nelson W. Sodré, muito embora estas pretendam retratar especificamente a situação do Brasil, enquanto colónia portuguesa, no século XVII: «O púlpito [era] o único meio generalizado de difusão do pensamento, órgão exclusivo utilizado na tarefa de divulgar ideias. Do alto do púlpito é que se fazia natural e possível alguém dirigir-se a muitos, e os actos religiosos, que eram os que conseguiam reunir povo, adquiriam por isso uma significação singular» (SODRÉ, 2002: 83).

³ Maria de Lurdes Correia Fernandes refere, a este propósito, quer os *Exercícios Espirituais* do próprio Santo Inácio de Loyola «em latim ou em tradução espanhola -, quer os que, à sua imitação, foram sendo escritos e editados ao longo do século XVII», citando de seguida a *Arte de orar* de Diogo Monteiro, o *Manual de exercícios espirituais*, de Tomás de Villacastín, traduzido por Diogo Vaz Carrilho e os *Exercícios Espirituais* do padre Manuel Bernardes (FERNANDES in MARQUES e GOUVEIA, 2000: 33).

⁴ A mesma autora confere particular relevo ao *Catecismo e práticas espirituais* de Frei Bartolomeu dos Mártires, sobre o qual informa: «como é sobejamente sabido, este *Catecismo*, elaborado para ser lido “ao povo”, teve um razoável sucesso editorial, largamente superior ao do próprio *Catecismo romano* (1566, 1ª tradução portuguesa em 1590) (...) sucesso que permitiu a sua difusão em todo o reino (e até no estrangeiro), continuando depois da morte do arcebispo e ao longo do século XVII (1564, 1566, 1574, 1585, 1594, 1603, 1617, 1628, 1656)» (FERNANDES in MARQUES e GOUVEIA, 2000: 26).

narrativas de ficção que perseguiram o objectivo comum de se imporem como instrumentos de afirmação da identidade católica de Portugal. Obras deste teor tornam-se tanto mais significativas quanto se sabe que, «naquela época que tanto valorizou o apelo aos sentidos e aos sentimentos – na arquitectura, na pintura, na música, na literatura» -, as mesmas exerceram uma influência por vezes maior que «todas as leis, que todas as normas e que todos os controlos institucionais» (FERNANDES *in* MARQUES e GOUVEIA, 2000: 38). Assim sendo, pode dizer-se que obras deste tipo, produzidas e editadas no contexto pós-tridentino, procuravam desempenhar uma função sócio-ética com intenções ontológica e praxiologicamente evidentes: trata-se de uma ficção ideologicamente comprometida, favorável ao pensamento católico, que proclama uma moral utilitária, visando um maior controlo dos indivíduos e, conseqüentemente, um melhor governo do mundo.

2. As novelas alegóricas em Português do período barroco como instrumento de propaganda contra-reformista

As novelas alegóricas escritas em língua portuguesa durante o período barroco constituem um exemplo relevante daquilo que foram as práticas editoriais pós-tridentinas, bem assim como da importância assumida pela arte literária enquanto meio privilegiado de propagação das ideias religiosas e da sua penetração junto do público, no qual se pretendia provocar efeitos de cariz sócio-religioso.

Se é certo que a imprensa foi considerada uma poderosa aliada dos movimentos reformistas do século XVI⁵, na medida em que, permitindo uma aceleração do processo de circulação dos textos e fazendo diminuir o custo das cópias, veio modificar as condições de divulgação das ideias e do acesso aos saberes, não é também de desprezar a relevância assumida pelas práticas editoriais no contexto da Contra-Reforma⁶.

⁵ A convicção arreigada de que a expansão dos ideais da Reforma Protestante foi muito potenciada pelas novas técnicas de acesso ao pensamento, consubstanciadas na invenção de Gutenberg, remonta ao próprio século XVI. Jean-François Gilmont sustenta esta ideia, ilustrando-a com citações da época: «C'est une conviction largement répandue au XVI^e siècle déjà que celle du rôle fondamental joué par l'imprimerie dans la diffusion des idées de Luther. François Lambert d'Avignon va jusqu'à affirmer en 1526 que l'apparition de l'imprimerie au XV^e siècle a été voulue par Dieu pour permettre la Réforme: «*A propos de l'ars chalcographica, je veux ajouter ici que c'est principalement pour cette raison que Dieu a inspiré il y a quelques années la découverte de cette invention: pour qu'elle serve à diffuser la vérité à notre siècle*». D'autres réformateurs ont loué avec enthousiasme cette invention. Il est classique de citer un propos de table de Luther: «*L'imprimerie est l'ultime don de Dieu et le plus grand. En effet, par son moyen, Dieu veut faire connaître la cause de la vraie religion à toute la terre jusqu'aux extrémités du monde*».» (GILMONT, 1997: 249).

⁶ A imprensa veio, aliás, dar uma expressão de dimensões completamente novas às polémicas religiosas; por isso se os movimentos reformistas luterano e calvinista a usaram ao serviço da divulgação das suas causas, a reacção contra-reformista não se fez também aguardar: «A partir de Vitemberga, capital de Lutero, e posteriormente de Estrasburgo, Neuchâtel, Antuérpia, Genebra, Amesterdão, os livros anticatólicos

A fim de promover a aplicação das directrizes tridentinas que insistiam, por um lado, na necessidade de combater a falta de instrução e a baixa moralidade tanto de leigos como de religiosos e eclesiásticos; e, por outro, na urgência de lhes inculcar hábitos de prática da virtude e da piedade, fez-se notar a importância dos livros de espiritualidade que concorriam para a consecução do objectivo de divulgar e fazer adoptar os modelos ético-religiosos dominantes. O papel desempenhado por este tipo de livros tornava-se tanto mais relevante quanto, face às reformas protestantes que estabeleciam as Escrituras como única regra de fé e advogavam a sua tradução para as línguas vulgares como meio de fazer os crentes compreenderem a doutrina, o Concílio de Trento impôs orientação diametralmente oposta. Juntamente com a Bíblia, legitimou a importância da tradição, dos textos litúrgicos e dos catecismos, mas insistiu no uso das línguas não vulgares como meio de acesso ao sagrado⁷.

Numa época em que a alfabetização era minoritária, mas na qual o escrito impresso começou a desempenhar um papel relevante na circulação dos modelos culturais⁸, os livros religiosos ocupavam uma posição amplamente dominante no mercado editorial europeu. Em Portugal, a Igreja tornou-se uma das principais impulsionadoras da tipografia e as razões do seu interesse por tal arte explicam-se pela necessidade de produzir livros que servissem para o ensino do clero e para a doutrinação e catequese dos fiéis. Não admirará, pois, que também no nosso país «livros do género de breviários, de constituições de bispos (coleções de leis canónicas que os clérigos necessitavam de consultar) ou de catecismos [tenham entrado] (...) em grande proporção no total das primeiras obras

conquistam os mercados, à luz do dia ou clandestinamente, e despertam, de caminho, uma produção opcionista dentro dos próprios estados que permaneciam fiéis a Roma» (SARAIVA, 2000: 129-130).

⁷ Reproduzimos uma citação de Dominique Julia na qual, em 1640, o inquisidor Sotomayor, numa nova edição do *Index*, definia aquilo que se entendia por línguas vulgares e línguas não vulgares: «Ne sont pas langue vulgaire les langues hébraïque, grecque, latine, chaldéenne, syriaque, éthiopique, perse et arabe. Ce qui s'entend des langues originales, qui ne s'emploient pas aujourd'hui communément en langage familier, pour que le lecteur entende que toutes les langues autres que celles-là sont vulgaires» (JULIA, 1997: 286).

⁸ Deve, no entanto, ter-se em conta que tal relevância não terá sido por todos bem aceite, permanecendo por isso os manuscritos como meio de considerável importância para a difusão do escrito: «Algún bibliófilo renacentista, a pesar de que la imprenta ya llevaba más de medio siglo funcionando, se negó a que en su biblioteca pudiera entrar otro tipo de libro que no fuera manuscrito. Y desde luego, un bibliófilo exquisito no podía ver con buenos ojos el invento nuevo cuyos productos en serie no podían competir en belleza con los manuscritos miniados en vitela, piezas únicas e irrepetibles. Estos bibliófilos refinados eran, por descontado, casos extremos, y en general la imprenta recibió todo tipo de alabanzas y Gutenberg pasó a engrosar las listas de los inventores de las cosas... Sin embargo, el manuscrito siguió desempeñando utilísimas funciones como difusor de todo tipo de escritos» (BLECUA et alii, 1983: 86). Entre nós, também António José Saraiva se referiu a esta «atitude desdenhosa por parte dos bibliófilos perante estes produtos de contrafacção que não saem já das mãos esmeradas dos artistas da letra e da iluminura» (SARAIVA, 2000: 122), acrescentando o investigador que tal atitude condicionou mesmo as formas de produção do livro impresso: «É os impressores sujeitavam-se aos cânones dos copistas, mantendo o enorme formato dos in-fólios, imitando-lhes a caligrafia e ornamentando as páginas com vistosas iluminuras» (IDEM, ibidem: ibidem).

impressas em Portugal e [tenham constituído] seguramente um negócio convidativo para os empresários da tipografia» (SARAIVA, 2000: 132)⁹.

Num cenário como o que acaba de ser evocado, os livros de espiritualidade de conteúdo ficcional constituem um instrumento interessante de uma aculturação ético-religiosa que visava controlar crenças e condutas, acisolando os leitores, consagrados ou leigos, na prática da virtude e numa vivência piedosa. Em latitudes lusas, «não era grande a circulação (...) de obras daquela natureza» (MARQUES, 2000: 418), mas ainda assim surgiu entre nós, a partir do século XVI, uma produção ascético-mística cujas temática e intenção criadora se inserem no quadro de uma literatura produzida com o objectivo de fazer expandir os princípios da moral pós-tridentina e do endoutrinação católico. Tais obras, «nascida[s] em sua esmagadora maioria nos meios conventuais e destinada[s] a quantos eram sensíveis à reforma de vida e desejosos de subirem a escada da perfeição» (IDEM, *ibidem*: 419), orientam-se no sentido de impulsionar um «combate sem tréguas aos vícios pelo refreamento dos sentidos corporais, constância da recta intenção e prática das virtudes cristãs» (IDEM, *ibidem*: *ibidem*).

3. Sóror M^a do Céu e Sóror Madalena da Glória: freiras-escriptoras do barroco português

No panorama da literatura em prosa de ficção do período barroco avultam os nomes de duas freiras-escriptoras, ambas religiosas do Convento da Esperança, em Lisboa. Trata-se de Sóror Maria do Céu e Sóror Madalena da Glória, freiras professoras «no mesmo convento, onde passaram ambas em comunidade a maior parte de suas longas vidas» (SILVA, 1858: 138). Foram as duas escritoras bastante prolixas; compuseram ambas, em prosa e em verso, obras cuja primeira intenção era «ocupar o tempo sem offensa de Deus» e divertir e ensinar as outras religiosas; publicaram ambas também as suas criações literárias sob pseudónimo¹⁰ - Marina Clemência e Leonarda Gil da Gama, respectivamente –

⁹ António José Saraiva aponta como exemplo o facto de «a primeira obra incontestavelmente tipográfica em caracteres latinos realizada em Portugal» (SARAIVA, 2000: 130) ter sido o *Breviarium braccarense*, impresso em Braga, em 1494. As reimpressões de que a obra foi objecto, bem como o número de exemplares de algumas tiragens são a demonstração da importância das obras de carácter religioso no contexto das produções impressas: «O *Breviarium braccarense*, impresso por Guerlinc, é disto mesmo um exemplo característico, porque tem uma segunda edição em 1505, por o cabido ter reconhecido que se encontrava esgotado, e a terceira, pela mesma razão, em 1528, esta última com a tiragem, notável para a época, de 1500 exemplares» (IDEM, *ibidem*: 132).

¹⁰ Ana Hatherly refere precisamente o caso destas duas mulheres escritoras para confirmar o carácter absolutamente comum do recurso a pseudónimos no período barroco: «O uso de pseudónimos ou criptónimos de várias espécies foi muito comum no período barroco, e a propósito ocorre aqui citar o caso de Sóror Magdalena da Glória, também professora no Mosteiro da Esperança e discípula de Sóror Maria do

fazendo jus quer às práticas autorais em voga na época, quer a uma manifestação de recato e de modéstia, certamente expectável em autoras que, para além de mulheres, eram freiras.

Sóror Maria do Céu foi autora das novelas intituladas *A Preciosa: allegoria moral* (1731) e *Enganos do bosque, desenganos do rio* (1741)¹¹. Sóror Madalena da Glória escreveu a novela alegórica intitulada *Reyno de Babylonia, Ganhado pelas Armas do Empyreo; Discurso Moral*. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, refere o texto como manuscrito¹²; todavia, Inocêncio da Silva apresenta todas as informações relativas à sua publicação impressa: «*Reino de Babylonia ganhado pelas armas do Empyreo: discurso moral*, etc. Lisboa, por Pedro Ferreira 1749. 4º de XL – 296 pag., com uma estampa no frontispício e mais dezaseis gravuras allusivas aos assumptos de outros tantos capitulos em que divide esta especie de

Céu, que nas suas obras publicadas usou o pseudónimo de Leonarda Gil da Gama, anagrama do seu próprio nome» (HATHERLY, 1990: XXI).

¹¹ Barbosa Machado e Inocêncio da Silva fornecem ambos o catálogo completo das obras publicadas por esta religiosa, a saber: *A Phenix apparecida na vida, morte, sepultura e milagres da gloriosa Sancta Catharina, com sua novena e peregrinação ao Sinay*, Lisboa, na Offic. Deslandesiana, 1715, 8º; *A Preciosa: allegoria moral*. Parte I, Lisboa, na Offic. Da Musica, 1731, 8º; *A Preciosa: obras de misericórdia em primorosos e mysticos dialogos expostas; elogios dos sanctos, em vários cantos poeticos e historicos, etc*, Ibi, na mesma Offic., 1733, 8º; *Obras varias e admiraveis, etc*, Lisboa, por Manuel Fernandes da Costa, 1735, 8º; *Aves illustradas em avisos para as religiosas servirem os officios dos seus mosteiros*, Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1738, 8º; *Triumpho do Rosario, repartido em cinco autos do mesmo, muito devotos e divertidos*, Lisboa, por Miguel Manescal da Costa, 1740, 8º; *Enganos do bosque, desenganos do rio*, Lisboa, por Antonio Isidoro da Fonseca, 1741, 8º. (SILVA, 1858: 137). Barbosa Machado dá igualmente notícia das obras de Sóror Maria do Céu que permaneceram manuscritas: *Relação da vida, e morte da Serra de Deos a V. Madre Helena da Cruz Religiosa do Convento da Esperança desta Cidade de Lisboa no anno de 1721*; *Tres Autos a S. Aleixo*, cujos titulos são *Mayor fineza de Amor. Amor, e Fé. As Lagrimas de Roma; En la Cura vá la flecha*. Comedia; *Preguntarlo a las Estrellas*. Comedia; *En la mas escura noche*. Comedia (BARBOSA MACHADO, 1965:420-421). No estudo introdutório que apresenta na sua edição de *A Preciosa*, Ana Hatherly informa nunca ter encontrado exemplares destas últimas três comédias, mas inventaria uma outra comédia a que Barbosa Machado não faz referência: *Clavel y Rosa* (HATHERLY, 1990: LIII). Estas informações, porém, surgem corrigidas na «Bibliografia Analítica de Sóror Maria do Céu» que a investigadora dá a conhecer também na dita edição. Por aí se fica a saber que as quatro comédias foram afinal todas publicadas: as três referidas por Barbosa Machado como inéditas, na segunda parte de *Enganos do bosque, desenganos do rio* (1741); a indicada pela própria Ana Hatherly, na primeira parte da mesma novela (1736) (IDEM, ibidem: 325-358).

¹² E, para além disso, indica um título ligeiramente discrepante. Na realidade, o título que Barbosa Machado menciona - *Reyno de Babilónia conquistado a força do Impiro* – é aquele que aparece indicado no «Índex. Das obras, que a Autora tem Impresso», o qual surge na última página, não numerada, da biografia panegírica de Santo Agostinho que Madalena da Glória escreveu - *Aguia Real, Fenix abrazado, e Pelicano amante* -. É o seguinte o catálogo completo das obras da autora referido por Barbosa Machado: *Astro brilhante em novo mundo, fragante flor do Paraiço plantada no jardim da America, historia panegyrica, e vida prodigiosa de Santa Roça de Santa Maria*, Lisboa, por Pedro Ferreira Impressor da Serenissima Rainha N. Senhora, 1733, 8º; *Novena de Santa Roça de Santa Maria, Epítome da sua vida*, Lisboa, na Officina da Musica, e da Sagrada Religião de Malta, 1743, 8º; *Brados do deenganamento contra o profundo sono do esquecimento em tres historias exemplares para milhor conhecerse o pouco, que Durão as vaidades do mundo, e o poder das divinas inspiraçoens. Primeira Parte*, Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1736, 8º; *Segunda Parte*, ibi., na Officina da Musica, e da Sagrada Religião de Malta, 1739, 8º; *Orbe celeste adornado de brilhantes estrelas, e dous ramilhetes, hum colhido pela consideração, outro pelo divertimento*, Lisboa, por Pedro Ferreira, 1742, 8º; *Aguia Real, Fenix abrazado, e Pelicano amante. Historia Panegyrica, e vida prodigiosa do inclito Patriarcha que alcançou ouvir da boca de Deos o titulo de Grande, Santo Agostinho*, Lisboa, na Officina Pinheiriense da Musica, e da Sagrada Religião de Malta, 1744, 4º; *Reyno de Babilónia conquistado a força do Impiro*, M.S.; *Obsequio de huma alma devota offerecida á Sagrada Imagem do Senbor dos Passos que venera no Collegio de S. Paulo dos Missionarios Inglezes*, M.S. (BARBOSA MACHADO, 1964: 160).

romance moral e allegorico, cujo fundamento, ou primeira idéa se encontra na obra do jesuita Hermano Hugo, chamada *Pia Desideria*» (SILVA, 1858: 345)¹³.

A Preciosa: allegoria moral, publicada sob o pseudónimo de *Sor Marina Clemência, religiosa franciscana do Convento da Ilha de S. Miguel*, teve apenas uma edição no século XVIII, embora em dois formatos distintos. Ana Hatherly, tendo em conta a datação dos manuscritos da obra, e sobretudo a do manuscrito da Biblioteca Nacional inserido no códice 3773, aventa a hipótese de a novela ter sido escrita ainda no século XVII, embora só no século seguinte tenha sido publicada¹⁴. Para além desta edição em Português, a obra foi objecto de duas edições em Castelhana, feitas a partir da tradução da edição portuguesa de 1731: *La Preciosa. Alegoria Moral*, atribuída al P. D. Teodoro de Almeyda, del Oratorio y Congregacion de San Felipe Neri. Que del idioma portugues traduxo al castellano, para comun utilidad, y recreo espiritual del pueblo christiano Don Narciso Varela de Castro. Publicala Don Antonio Ulloa y a su costa. Madrid: En la Imprenta, y Librería del dicho D. Antonio Ulloa, 1791; *La Preciosa. Alegoria Moral*. Traducida al castellano por Narciso Varela de Castro. Publicala Antonio Ulloa. Madrid: En la Imprenta y Lib. del dicho Don Antonio Ulloa, 1792. Na primeira das traduções, a novela surge erradamente atribuída ao Padre Teodoro de Almeida, autor não de novelas alegóricas, mas da novela filosófica intitulada *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna ou Arte de Viver Contente em quaesquer Trabalhos da Vida* (1779)¹⁵.

¹³ Relativamente ao catálogo apresentado por Barbosa Machado, o de Inocêncio Silva diverge ainda nos seguintes pontos: dá notícia da existência de uma segunda edição de *Brados do Desengano*, embora não indique nem a data, nem o impressor («Sahiu esta obra novamente accrescentada, Lisboa, 17..., 4º, 2 tomos»); omite a referência a *Obsequio de huma alma devota* dada a sua condição de manuscrito (SILVA, 1858: 345). Em dissertação de Mestrado, não publicada, Dídida Cruz precisa que a segunda edição de *Brados do Desengano* foi realizada em 1749, mas corresponde apenas à primeira parte da história que terá sido encadernada juntamente com a segunda, datada de uma década antes: «Tanto na Academia das Ciências, como na Biblioteca Nacional, esta edição de 1749, encontra-se encadernada juntamente com a segunda parte, datada de 1739, de dimensões idênticas (o primeiro volume editado em 1736 é in 8º, estes são in 4º). Cada um dos tomos mantém a respectiva numeração, licenças, etc. (...) Este volume duplo constitui, possivelmente, uma opção de “publicação” de 1749. Inocêncio Francisco da Silva menciona uma segunda edição, em dois volumes, sem indicação precisa de ano. Não parece confirmar-se reedição do segundo tomo» (CRUZ, 1993: 47-48).

¹⁴ «O Cod. 3773 e o Cod. 348 não trazem data; no Ms. 1403 indica-se o ano de 1702 e no Ms. 2038 o de 1722. Como sabemos, a impressão data de 1731. O Cod. 3773, porém, não sendo datado, tem uma nota acrescentada em letra e em tinta diferentes das do texto principal. Essa nota, que diz respeito à autorização para encadernar os fólhos, (...) está assinada pelo Doutor Affonso Mexia e tem data de 25 de Setembro de 670 ou 690. (...) Ficámos então cientes de que a data na nota do fólho 1r do Cod. 3773, escrita e assinada pelo Dr. Affonso de Mexia, é de 25 de Setembro de 1690, o que permite confirmar que *A Preciosa* já existia, pelo menos, nesse ano. À luz desta conclusão, o Cod. 3773 surge como o mais antigo manuscrito datado que até agora se conhece, revelando-nos que a obra foi escrita pelo menos 41 anos antes da sua publicação, ainda no século XVII» (IDEM, ibidem: CXXVI).

¹⁵ A confusão na atribuição de *A Preciosa* ao P. Teodoro de Almeida pode encontrar explicação na reputação de que o autor oratoriano gozava em Espanha. Tal reputação é facilmente comprovável pela proliferação de traduções de obras suas no país vizinho de que nos dá notícia Zulmira C. Santos no prefácio da edição do *Feliz Independente* que preparou para a colecção dos clássicos da literatura portuguesa: «Por este tempo, o nome

Quanto a *Enganos do bosque, desenganos do rio*, conhecem-se actualmente duas edições, uma de 1736 e outra de 1741, embora tanto Barbosa Machado como Inocêncio da Silva só refiram esta última edição. Em bom rigor, no entanto, elas não se correspondem inteiramente, já que a primeira a surgir coincide com aquilo que mais tarde se veio a considerar a primeira parte da novela, contendo a edição ulterior, para além desta parte I, a sua continuação ou parte II. Aliás, o texto do capítulo X e último da primeira parte termina com a indicação de que «se houver quem desta conte na segunda parte desta historia, descobrirá o Vergel do Paraiso» (CÉU, 1736: 120), indicação esta a que o impressor fez juntar a informação de que «a Autora não teve tempo de compor a segunda parte» (IDEM, ibidem: ibidem). Em consequência, o Prólogo da edição de 1741 confirma o carácter inacabado da novela saída a público cinco anos antes, cujo enredo só encontra desfecho cabal com a continuação na segunda parte:

«No Tomo Sexto destas obras acharàs no fim da primeira parte dos Enganos do Bosque, e Dezenganos do Rio a folhas 120. que esta singular Escritora diz não tivera tempo para compor a segunda Parte; porém o seu Prelado vendo a grande falta que esta fazia à primeira, lhe ordenou que a fizesse, não obstante acharse adiantada em annos, e tambem val vez (sic) por entender, que não houvesse quem a imitasse, e ella entendido que o mesmo era obediencia, que insinuação, a compoz com tão singular espirito, que não só sahio em tudo semelhante à primeira, mas com excesso a todas as mais obras» (CÉU, 1741:s.n.)

de T. de Almeida entrara já nos circuitos livreiros espanhóis através, num primeiro momento, das traduções dos textos citados, de intensa devoção mariana [*Estímulos do amor da Virgem* (1759), *Gemidos da Mãe de Deus* (1763), *Tesouro da Paciência* (1765)] e, depois, da divulgação científica, no contexto da «Filosofia Moderna», que a *Recreação*, várias vezes editada, representava» (ALMEIDA, 2001: 8). Já em trabalho anterior, dedicado às traduções das obras do Pe. Teodoro de Almeida em Espanha e em França, a mesma investigadora, na esteira de Marie-Hélène Piwnik, havia refutado a atribuição de *A Preciosa* a este autor: «Com toda a probabilidade, estamos perante uma ocasião mais de aproveitamento de um nome que vendia, tal como já havia acontecido com a tradução de *A Preciosa* de Sórora Maria do Céu (Marina Clemência), obra que M.H. Piwnik mostrou ter circulado em listas de subscrições como sendo de Teodoro de Almeida, quando a verdadeira autora aparecia também no pedido de licença de impressão. (...) Gostaríamos, porém, de fazer notar que o nome de Marina Clemência (Sórora Maria do Céu) não era, em rigor, um nome completamente desconhecido para o público espanhol que, de acordo com o teor do anúncio da *Gaceta de Madrid* (...) dela podia adquirir as novelas incluídas em *Novelas de M. Marmontel y de la Madre Sor Marina Clemencia, traducidas del Francés y Portugues al castellano, anunciadas em 1774*. Contudo, em 1791, data da primeira edição de *La Preciosa. Alegoria Moral*, o nome de Teodoro de Almeida ligava-se já a um conjunto substancial de obras traduzidas, de onde sobressaíam, nesta data, não o esqueçamos, as reedições de *O Feliz Independente* e do *Tesouro da Paciência*» (SANTOS, 1994: 189).

Contrariamente ao ocorrido com *A Preciosa. Alegoria moral* e com as outras duas primeiras obras impressas de Sórora Maria do Céu que circularam, como já se disse, sob o criptónimo de Marina Clemência¹⁶, ambas as versões de *Enganos do Bosque, Desenganos do Rio* ostentaram o verdadeiro nome da autora na folha de rosto, aquando da sua primeira publicação. É no mesmo Prólogo à edição de 1741 que se encontra um testemunho verdadeiramente elucidativo da mudança de atitude de Sórora Maria do Céu face à sua condição de autora. Na verdade, a partir da publicação desta novela parecem ser postos de parte os escrúpulos editoriais da escritora, que passa a aceitar dar a conhecer a sua obra a um público mais vasto dispensando o subterfúgio do pseudónimo:

«E bem posso dizer, que este foy o primeiro milagre da sua grãde obediencia, pois desta se seguio o fazer publicos todos os seus escritos; sendo que ategora forão necessarias tantas industrias, e diligencias para sahirem a publico os mais Tomos, que se achão impressos; porque humas vezes era preciso pedir a algumas Senhoras Religiosas, e amigas zelosas do bem comum, me emprestassem alguns traslados que tinham das suas obras, e outras não havia mais remedio que furtarlhe os originaes, sem que fosse necessario confessaremse do furto, além de que logo o tornavão a restituir, mas ainda assim, recatava-se tanto que cada vez os escondia mais, e tudo procedia da sua rara humildade, e do pouco conceito, que fazia das suas obras» (CÉU, 1741: s.n.).

O texto de Sórora Madalena da Glória, por seu turno, à semelhança dos outros de que a religiosa foi autora, foi publicado sob o pseudónimo de Leonarda Gil da Gama, anagrama perfeito do seu verdadeiro nome. Este anagrama, contudo, surge descodificado praticamente desde a sua primeira utilização, uma vez que em seis das composições poéticas encomiásticas que antecedem a biografia panegírica de Santa Rosa de Santa Maria, primeira obra de Sórora Madalena da Glória a ser impressa, é incluído o vocábulo «Glória», quer seja maiusculizado, quer não.

Embora no «Index. Das Obras, que a Autora tem Impresso», posposto à penúltima obra publicada por Sórora Madalena da Glória, em 1744, se anuncie a suposta publicação de «outras Obras que está compondo», a novela *Reyno de Babylonia* foi na realidade a derradeira

¹⁶ Referimo-nos, para além da obra citada no corpo do texto, a *A Phenix apparecida na vida, morte, sepultura e milagres da gloriosa Sancta Catharina* (1715) e a *A Preciosa: obras de misericórdia* (1733).

das produções da autora a ser dada à estampa, já que ela própria terá falecido pouco mais de uma década depois, com idade avançada¹⁷.

4. As novelas alegóricas como exemplos de práticas de educação e recreação em contexto conventual feminino

As três novelas de autoria feminina a que temos vindo a fazer referência no decurso deste estudo apresentam grande semelhança no plano técnico-compositivo, a qual decorre do facto de todas elas partirem de uma mesma situação-núcleo que é travestida de narrativa pastoril. Todas pretendem encenar um percurso de purificação interior da alma até à sua união mística definitiva com o Criador. Porém, para transmitirem tal mensagem, as autoras imaginam uma história de amor, elegendo como personagem principal uma figura feminina que representa a alma, a qual surge enquadrada por um aparato cénico constituído por uma sucessão de metáforas que têm como referente o universo pastoril. Estas novelas exploram, pois, dois níveis de significação: um nível de superfície que se acomoda ao modelo das novelas pastoris, e um outro nível, mais profundo e subliminar, que encerra uma lição moral e religiosa.

É esta ambivalência específica (que resulta da aparente observância das convenções da novela pastoril, as quais, no entanto são iludidas e transcendidas num segundo plano de significação menos óbvio) que confere às novelas de Sórora Maria do Céu e de Sórora Madalena da Glória o seu carácter alegórico, ao mesmo tempo que lhes ratifica o estatuto de obras didácticas, na medida em que são concebidas com o duplo propósito de ensinar e divertir o público a que se destinam. Aliciando o público leitor com o simulacro da novela pastoril, as autoras de *A Preciosa*¹⁸, *Enganos do Bosque*, *Desenganos do Rio*¹⁹ e *Reino de Babilónia*²⁰ perseguem afinal propósitos edificantes e moralizadores, pondo a sua criatividade literária ao serviço da Igreja Católica e da retórica por ela difundida. Esta atitude revela perfeita consonância com o espírito da época e com os princípios morais dominantes numa sociedade profundamente marcada pelo Catolicismo, o qual, como se depreende do pensamento de Weisbach, se socorria de todos os expedientes ao seu alcance para reganhar preponderância junto dos crentes:

¹⁷ Desconhece-se a data exacta do seu falecimento. Inocêncio da Silva dá-a como viva ainda em 1759, altura em que teria 87 anos: «Ignoro a data do seu obito, parecendo comtudo que ainda vivia em 1759» (SILVA, 1858: 344).

¹⁸ No corpo do texto, a partir deste ponto, a obra será referida através da inicial *P.* e os excertos citados reportar-se-ão à edição moderna, saída a público em 1990.

¹⁹ No corpo do texto, a partir deste ponto, a obra será referida através das iniciais *EBDR*.

²⁰ No corpo do texto, a partir deste ponto, a obra será referida através das iniciais *RB*.

«El catolicismo, cuya universalidad era ya sólo un supuesto, se vio obligado para satisfacer a la masa, para ganársela y sujetarla, a acoger y favorecer sus tendencias materialistas y sus intereses. Porque había perdido su antigua y firme confianza en sí mismo y porque se hallaba en una permanente posición polémica, tenía que requerir sin cesar a sus fieles, atraérselos, ofrecerles algo que coincidiese con sus impulsos vitales y se acomodase a las direcciones esenciales de sus gustos, no se desdeñaban los recursos más extremados» (WEISBACH, 1942: 312).

Visto sob semelhante perspectiva, todo o aparato da novela pastoril subjacente à criação destas ficções ganha inteligibilidade e pertinência: trata-se de transmitir uma lição moral, tornando-a mais atraente (e, em consequência, mais apelativa e eficaz), envolvendo-a nas convenções da tradição bucólica.

Assim, num registo de superfície, o amor é o móbil que desencadeia toda a trama ficcional das três novelas. Subjacente à história destas narrativas de autoria feminina está, aliás, um episódio mitológico de origem grega protagonizado pelo próprio deus do amor – o mito de Eros e Psique²¹. Na verdade, assim como na narrativa mitológica Psique, enamorada de Eros, é exortada a entregar-se-lhe sem lhe ver o rosto e, face às hesitações e fraquezas amorosas que demonstra, é condenada ao cumprimento de todo o tipo de penas até se poder unir definitivamente ao seu amado, assim também, nestas ficções alegóricas, as figuras femininas, personificações da alma, são instigadas a dar provas de fé perante as personagens masculinas/Cristo, sem lhes conhecerem o semblante e sem com elas contactarem directamente, até que, pela sua constância, perseverança e inteireza de entrega, estejam aptas a unir-se-lhes em casamento místico²².

²¹ A interpretação dada a este mito vê nele um símbolo da necessidade de a alma ser submetida a um processo de purificação para se tornar merecedora de gozar uma felicidade plena. Reproduzindo a síntese elaborada por Joel Schmidt, faremos notar que «Psyché est le symbole de l'âme humaine purifiée par les passions et les malheurs, et préparée à jouir, dans l'amour, d'une félicité éternelle» (SCHMIDT, 1991: 267-268). A apropriação do carácter simbólico desta história mitológica, num contexto religioso, é explicada por Weisbach, o qual encontra aí a origem da introdução de um “simbolismo erótico” no discurso do cristianismo: «Desde que Orígenes identificó a Cristo con el Eros y en su interpretación del *Cantar de los Cantares* admitió al Eros platónico, el simbolismo erótico penetra en la religión cristiana y se ligó estrechamente a la intuición mística» (WEISBACH, 1942: 71).

²² Todas as obras fazem referência a esta ausência de contacto entre a Alma e Cristo, dando relevo à ideia de que é por uma questão de fé que a primeira deve obedecer e entregar-se ao segundo. E, tal como no mito pagão, a incapacidade demonstrada pela alma para fazer face a tal desafio está na origem de uma sequência de peripécias que, no caso das novelas em estudo, dão azo à demonstração da luta travada entre o bem e o mal. Tomem-se como ilustração do que acaba de ser afirmado os seguintes exemplos: «Não é lícito a Sua Majestade buscar-vos manifesto; mais faz à sua fineza vir como um homem que ama, e à vossa fé fará mais

A dimensão alegórica que promana do mito de Eros e Psique abre caminho à emergência de um feixe de sentidos que explora a oposição entre o amor humano e o amor divino. O amor divino é a emoção que move os entes celestiais em direcção à alma, junto da qual pretendem instigar sentimentos recíprocos; ele opõe-se ao condenável amor humano, conotado, por um lado, com um narcisismo exacerbado de que padecem as personagens femininas e, por outro, com um apego à fruição sensual do prazer.

Paralelamente a esta questão, ocorre uma outra, de importância equivalente nas novelas, que se prende com o exercício do livre arbítrio, isto é, com a escolha consciente e responsável que é, aliás, o pilar sobre o qual se estriba o conflito amoroso e, num segundo nível de interpretação das novelas, é também o grande problema que se coloca ao ser humano. Num plano puramente ficcional, a necessidade da expressão da vontade decorre, em primeira instância, da desigualdade que se verifica entre a qualidade do amor que o ser divino dedica à alma e aquele que ela lhe devota, em tudo oposto e inferior. Assiste-se em todas as três novelas a uma afirmação dessa desigualdade que visa hiperbolizar a perfeição do primeiro por contraponto com as fragilidades do segundo²³.

A submissão incondicional, mas voluntária da alma emerge como tema fulcral nos três textos. O carácter não forçado da sua entrega a Deus é mesmo apresentado como condição *sine qua non* para que se torne possível a união dos amantes²⁴. Por esse motivo,

amores como uma mulher que não vê» (P, p.16) e, noutra passo da mesma obra: «Chegou a hora, baixou ElRei disfarçado e não pôde ser visto, porque um rebuço branco era parêntesis entre a Majestade e a Fineza» (P, p.30); «Já mais ao perto reparou em o Pastor não que lhe podesse ver o rosto, porque a este fez sua cautela sombra com a mão, e também dissimulo com os cabelos, (...) Advertis bem, disse a Peregrina, mas descobri o rosto, que de quem me deixa o conselho, quero ver o semblante: caminhay, respondeo elle, para o Vergel do Pastor, que ahí matando a sede, me vereis a face. Disse, e tomando o caminho para o Vergel se apressou tão ligeiro, que a poucos passos se fez desaparecido, deixando a Peregrina confusa» (EBDR, p.10-11); «Clamava saudosa no dilatado da ausencia, agora difficultadas as vistas, já erão sensíveis as magoas, effeito certo na humana natureza, querer o difficil, aborrecendo o facil; mas nem o Príncipe respondia, nem ella de todo se desençava:» (RB, p.9) e, mais adiante na mesma novela: «Não quero por hum vatecinio, que pode para outrem destinar-se, affligir a consideração. Isto falla de hum dia, e ha muitos, que paça sem fallar comigo. Tratemos de viver, coração, que antecipar a dor, he duas vezes padecella» (RB, p.15).

²³ Tomem-se como exemplo do que se afirma no corpo do texto os seguintes excertos: «Amava enternecido, assistia desvellado, dissimulando com piedade os descuidos, em que a achava esquecida por ingrata, apurando nos beneficios, com que a favorecia, os excessos de amante, e as liberdades de Monarca. Não a perdia de vista, ainda que ella sabendo que o tinha à vista muitas vezes em si se perdia. Assim continuava a desigualdade do trato» (RB, p.3); e «O Príncipe por ella desprezara a Coroa, e vertera o sangue para firmar as escrituras, que abonavão o seu amor, e ella detida nas mal tecidas redes da inconsideração trocava as luzes pelas sombras, quando elle abraçava a noute de padecer por lograr os dias de amar» (RB, p. 13).

²⁴ Exemplo concludente do carácter fulcral desta prerrogativa é o que se encontra nas primeiras páginas de *A Preciosa*: «Quer Sua Majestade conquistar-vos o alvedrio por fineza, que não compra a vontade com poder. Ama-vos tão fino, que até a sua soberania tivera zelos, se vira vos inclináveis aos respeitos da Coroa mais que às dívidas do afecto. Assim vos quer render pelo que ama, quando vos pudera sujeitar pelo que pode, deixando-vos liberdade para o desdém, ao mostrar-vos obrigação para o amor, porque assim faz o seu amor a sua obrigação. Quer haja em vós aquele temor de amante, mas não que o ameis só pelo temor; que queirais

esta condição surge como premissa que servirá de fio condutor ao desenrolar das intrigas. Uma vez dada à alma a possibilidade de escolha, as suas constantes hesitações tornam-se a manifestação visível do conflito interior que a atormenta, sendo certo que este só encontrará solução na «submissão do alvedrio», ou seja, na sujeição deliberada.

A referência ao sacramento do matrimónio é uma constante ao longo das novelas, constituindo-se estas herdeiras da tradição teológica que vê no casamento uma forma de canalizar a tendência libidinosa que caracteriza o ser humano. Numa lógica neoplatónica, a castidade é tida como o estado mais desejável para o homem. Partilhando do mesmo entendimento, estas novelas fazem-se eco de tais posições, reduzindo o amor humano a uma carnalidade pecadora e contrapondo-lhe a união matrimonial como via para sacralizar a pulsão sexual. Como tal, as referências ao casamento multiplicam-se ao longo das narrativas, sendo este apontado como o desiderato último perseguido pelas duplas de apaixonados²⁵.

Sintomático da importância conferida ao motivo do casamento na economia das obras é o facto de todas elas culminarem precisamente com a celebração das bodas entre os amantes – Alma e Cristo. Tais bodas irrompem como o corolário de todos os avanços e recuos da intriga; fazem igualmente prova da capacidade de superação das fraquezas humanas e do conseqüente merecimento do prémio da salvação, consubstanciado na perfeita união dos enamorados e no gozo, indizível, das maravilhas da felicidade perfeita. Um clímax deste tipo condiciona a interpretação de todo o conteúdo das novelas. Tratando-se de ficções cuja intriga recai sobre uma relação amorosa, nelas o amor divino é caracterizado através de uma linguagem própria para expressar o amor humano. Não surpreende, por conseguinte, que as autoras recorram às metáforas do amor-paixão para expressarem o sentimento devotado à divindade, manifestado em termos erótico-religiosos marcados pela ambiguidade. Se não devidamente inseridas no contexto, estas narrativas poderiam deixar transparecer um carácter mundano, com uma forte carga sensual e até, nalguns passos, erótica.

enfeneçada, não forçada; deixa-vos no livre de poderes escolher o que for menos, e dá-vos conhecimento de que ele é o mais» (*P.*, p.12).

²⁵ Atente-se nos seguintes exemplos: «a Majestade de um Rei viu vossa beleza e, humanando-se a querê-la, fez gosto de amá-la, pois podendo mandar ao destino, se inclinou ao rendimento; trocou-vos o S de escrava pelo de escolhida, que já sabeis que nascendo Senhora, vos criaste sujeita. Olha-vos para Esposa, e não é pouco» (*P.*, p.11); «Póz nella os olhos o filho do supremo Emperador, e affeiçoado aos seus agrados, achou, que era pouco para conquistalla, dâr por ella a propria vida; e disfarçando a grandeza do seu poder, nada prezava tanto como pertendella para Esposa. (...) Comunicou-lhe o agigantado do seu amor, dizendo-lhe a destinava para o brilhante diadema de Rainha» (*RB*, p.2).

«El barroco va más allá de lo que se había hecho hasta entonces en este punto. La impresión de lo divino en la personalidad individual, la relación entre la divinidad y el individuo, la comunicación entre lo humano y lo divino, entre lo sobrenatural y lo terreno, es una de las expresiones simbólicas principales del arte de la contrarreforma. El proceso naturalista ha llegado a tal extremo que se representa el eros espiritual en la experiencia mística mediante el eros sensual de una manera a veces en exceso materialista» (WEISBACH, 1942: 324).

O artifício da forma escolhida – a novela pastoril –, bem como o estilo «sensual» que caracteriza a escrita das duas freiras franciscanas, quando devidamente analisados à luz do conceito de «transformação *a lo divino*», não podem facilmente ser acusados de «excesso materialista»; pelo contrário, relevam antes de um jogo de convenções que iria ao encontro das expectativas dos leitores de então.

5. Conclusão: arte e doutrina ou o Belo ao serviço do Bem

No presente estudo, procurámos reflectir sobre a forma como a arte produzida no período barroco, em Portugal como noutros países meridionais católicos, pode ser entendida, sob certo prisma, como uma atitude intelectual visando reagir contra fenómenos sócio-religiosos conotados com os movimentos reformistas protestantes. Nesse sentido, a actividade artística barroca reveste-se de intenções pedagógico-didácticas fundadas na crença de que a arte poderia constituir um eficaz instrumento de reconversão dos fiéis e de endoutrinamento nos valores da fé católica.

É esta dimensão ético-social que norteia a produção de textos de espiritualidade das religiosas a que fizemos referência. Como procurámos salientar através da leitura que delas fizemos, as novelas de Sórora M^a do Céu e Sórora Madalena da Glória têm como fim último transmitir uma lição moral por via lúdica, tirando para isso partido de todos os processos passíveis de provocar uma adesão emotiva à mensagem veiculada. Fazem prova desse intuito as suas engenhosas arquitecturas alegóricas, baseadas em jogos de equivalências e de correspondências, propícios à expressão de mensagens de cariz espiritual, figuradas através do recurso a histórias de contorno profano, as quais exploram os efeitos psicológicos que as autoras desejam fazer desencadear nos leitores. Para a consecução dos objectivos que se propõem alcançar, as autoras seguiram de perto a máxima clássica condensada no

indivisível par dicotómico *docere/delectare*. Tendo em mente a transmissão de ensinamentos éticos, nestas novelas opera-se uma espécie de síntese que faz coincidir o *utile* e o *dulce* numa fórmula classificável como «deleitosamente proveitosa».

Esta forma de pensar a arte, bem como a eficácia da sua capacidade para influenciar comportamentos, talvez se revele estranha ao leitor actual, para o qual a dimensão argumentativa destes textos narrativos ficcionais resulta certamente anacrónica. Porém, enquadradas no seu contexto de produção, elas documentam bem a propensão contra-reformista para usar a arte com fins de controlo e de regulação dos comportamentos tidos por socialmente aceitáveis, ou seja, dito de outro modo, para colocar o Belo ao serviço do Bem. Concomitantemente, constituem ainda um testemunho valioso do contributo dado pelas freiras-escritoras do período barroco para a consecução dos objectivos inerentes ao movimento contra-reformista, impondo-se como exemplos de práticas de educação e recreação em contexto conventual.

Bibliografia

A)

- **CÉU**, Sórór Maria do (1741), *Enganos do Bosque, Desenganos do Rio. Primeira, e Segunda Parte*, Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.

- **IDEM** (1990), *A Preciosa* (edição actualizada e estudo histórico de Ana Hatherly), Lisboa: INIC.

- **CLEMENCIA**, Madre Marina, pseud. (1731), *A Preciosa, Alegoria Moral*, Lisboa Occidental: Officina da Música.

- **GAMA**, Leonarda Gil da, pseud. (1749), *Reyno de Babylonia, Ganbado pelas Armas do Emyreio; Discurso Moral*, Lisboa: Officina de Pedro Ferreira Impressor da Augustissima Rainha N. S.

B)

- **ALMEIDA**, Teodoro (2001), *O Feliz Independente* (edição de Zulmira C. Santos), Porto: Campo das Letras.

- **BARBOSA MACHADO**, Diogo (1965), *Biblioteca Lusitana*, 4 tomos, Coimbra: Atlântida Editora.

- **BLECUA**, Alberto *et alii* (1983), «Manuscritos, impresos y mercado editorial» in *Historia y Crítica de la Literatura Española – Siglos de Oro: Barroco* (ao cuidado de Francisco Rico e organizado por Bruce W. Wardropper), Barcelona: Editorial Crítica, vol. 3, pp. 86-94.

- **CHARTIER**, Roger (1998), *As Utilizações do Objecto Impresso*, Lisboa: Difel.

- **CRUZ**, Dídia Lourdes Paracana de Bastos Outeiro (1993), *A Conquista do Reino dos Céus Segundo Madalena da Glória ou Reyno de Babylonia, Ganbado Pelas Armas do Emyreio: Discurso Moral, Escrito por Leonarda Gil da Gama*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, não publicada.

- **FERNANDES**, Maria de Lurdes Correia (2000), «Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade» in **MARQUES**, João Francisco e **GOUVEIA**, António Camões (coordenadores), *História Religiosa de Portugal* (d direcção de Carlos Moreira Azevedo), volume 2, Lisboa: Círculo de Leitores, pp.15-38.

- **GILMONT**, Jean-François (1997), «Réformes Protestantes et Lecture» in CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger, *Histoire de la Lecture dans de Monde Occidental*, Paris: Seuil, pp. 249-278.
- **HATHERLY**, Ana (1990), *A Preciosa de Sórora Maria do Céu* (Edição actualizada do Códice 3773 da Biblioteca Nacional precedida dum estudo Histórico), Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- **JULIA**, Dominique (1997), «Lectures et Contre-Réforme» in CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger, *Histoire de la Lecture dans de Monde Occidental*, Paris: Seuil, pp. 279-314.
- **MARQUES**, A. H. de Oliveira (1998), *História de Portugal. Do Renascimento às Revoluções Liberais*, Lisboa: Editorial Presença.
- **MARQUES**, João Francisco (2000), «A palavra e o livro» in MARQUES, João Francisco e GOUVEIA, António Camões (coordenadores), *História Religiosa de Portugal* (direcção de Carlos Moreira Azevedo), Volume 2, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 377-447.
- **SANTOS**, Zulmira Coelho dos (1994), «As traduções das obras de espiritualidade de Teodoro de Almeida (1722-1804) em Espanha e França: estado da questão, formas e tempos» in *Via Spiritus. Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto/ Instituto de Cultura Portuguesa da FLUP, Ano 1, pp. 185-208.
- **SARAIVA**, António José (2000), *História da Cultura em Portugal. Renascimento e Contra-Reforma*, Vol. I, Lisboa: Gradiva.
- **SCHMIDT**, Joel (1991), *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine*, Paris: Larousse.
- **SODRÉ**, Nelson Werneck (2002), *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro: Graphia Editorial.
- **WEISBACH**, Werner (1942), *El barroco, arte de la Contrarreforma*, Madrid: Espasa-Calpe.